

Velhos livros, novos papéis: os Desvalidos, memória e história do mutualismo negro no século XIX

Old books, new documents: The *Desvalidos*, memory and history of black mutualism in nineteenth century

Douglas Guimarães Leite*

Resumo: O presente artigo trabalha a história de duas instituições de ajuda mútua criadas por indivíduos negros livres e libertos, na primeira metade do século XIX, na cidade de Salvador, apresentando novas evidências de sua especificidade histórica. Explorando a recente publicação de dois importantes livros de registros da Irmandade dos Desvalidos (1832), o texto analisa os termos do conflito que em fins da década de 1840 dividiu a confraria, criando a Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851) e abrindo caminho para importantes transformações no mutualismo negro do século XIX na Bahia. Apoiado em novas evidências, o trabalho discute como a surpreendente ausência desse conflito na historiografia sobre o tema pode ser explicada como uma das consequências do próprio conflito, que, ao separar as instituições, impôs à sua documentação os azares da transmissão ao longo do tempo. Pretende-se demonstrar, por fim, como o “jogo dos livros” dos Desvalidos pode funcionar como uma chave de explicação para formas particulares assumidas pela leitura da história e pela construção da memória sobre os Desvalidos desde meados do século XX.

Palavras-chave: mutualismo; identidade racial; memória.

Abstract: The article discusses the history of two mutual benefit associations established by free and freed black individuals in the first half of nineteenth century, in Salvador, presenting new evidences of its historical specificity. Exploring the recent publication of two important

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Centro de Ciência Social Histórica sobre Desigualdades Globais (CDG/UFF). Co-coordenador do Projeto “Gestão municipal da igualdade racial e políticas inclusivas de educação e trabalho no município de Niterói: estudos e ações para suas implementações”. E-mail: douglas.leite@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6134-258X>.

minute books from *Irmandade dos Desvalidos* (1832), it analysis the conflict within the sodality that lead to the foundation of *Sociedade Protetora dos Desvalidos* (1851), paving the way to major transformations in nineteenth century's black mutualism in Bahia. Based on new sources, the article points out how the surprising silence concerning this conflict within historiography can be seen as one of the consequences of the conflict itself, since the books and institutional documents of both sodality and association were dispersed over time. It finally intends to explore the conditions under the documents were transmitted as a key to understand some of the connections between history and memory raised upon the *Desvalidos* since mid-20th century.

Keywords: Mutual benefit associations; Racial identity; Memory.

1832, ERA QUASE FIM DE ANO na cidade do Salvador no dia em que Manoel Victor Serra e seus companheiros se reuniram em torno à recém-criada Irmandade da Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Discutiam onde abrigar o cofre da instituição. Como o tradicional sistema de “votação por favas” não levasse a um resultado consensual, a mesa diretora entendeu que seria conveniente mantê-lo na casa do pároco local, o padre Joaquim José de Sant’Anna, até nova deliberação. Essa estratégia de segurança vinha casada com outra, que consistiu em proteger o cofre com três fechaduras cujas chaves couberam respectivamente a cada um de três integrantes da mesa: Manoel Victor Serra (juiz fundador), José do Nascimento (procurador-geral) e Luiz Teixeira Gomes (escrivão).¹

A simbologia da proteção do cofre marca as tradicionais providências de fundação da irmandade, mas também se prolonga sobre outro momento decisivo (e oposto) de sua história: o da dissidência entre seus integrantes, parte dos quais a deixaria para criar a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), terceira associação mutualista fundada na cidade da Bahia. Foi em torno do destino do cofre e daquilo que ele representava que se firmou a cisão entre os irmãos Desvalidos, como sugerem as fontes que dão conta do cotidiano da irmandade nos conflituosos anos entre fins da década de 1840 e o início da seguinte.

Com efeito, no dia 4 de junho de 1848, o subdelegado da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo seria chamado à capela da Igreja do Rosário dos XV Mistérios, para “manter a ordem” na sede da Irmandade dos Desvalidos. A desordem que justificara a presença da autoridade policial era a controvérsia provocada pela intenção de um grupo de irmãos de transferir o cofre da Devoção para a Igreja do Rosário da Baixa dos

1 Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD). “Relíquia da Irmandade Devoção de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos” (1832-1847), fl. 3V-4V. O sistema de votação por favas consistia em distribuírem-se, entre os votantes, unidades brancas e pretas da leguminosa conhecida pela forma de um feijão crescido, atribuindo-se a cada fava branca encontrada na urna um voto favorável, sendo o voto contrário expresso pela fava preta. O sistema seria adotado na irmandade até, pelo menos, 1847, como o demonstra o termo da sessão de 24 de outubro desse ano (ASPD, Livro de Termos, fl. 7-8, 1847).

Sapateiros, localizada a pouco menos de um quilômetro dali. Trinta e quatro dos membros presentes haviam se posicionado favoravelmente ao traslado do cofre, mas outros 24 se insurgiram contra o resultado da votação que, promovida no calor da hora, decidia o paradeiro do caixa da confraria. Removido da sede original, o cofre retornaria dias depois, por determinação da Justiça. O lance decisivo, porém, já tinha sido dado: a divisão entre os grupos não seria mais revertida. Na verdade, ela consolidaria, nos três longos anos seguintes, sua separação e o início de uma nova história não só para os Desvalidos, mas para o mutualismo negro na Bahia.²

Figura I – Ladeira do Pelourinho, Salvador (BA)



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=432239>. Acesso em: 18 jul. 2023. Ladeira do Pelourinho, que abriga a Igreja do Rosário dos Pretos e leva à freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, onde se encontra a Igreja dos XV Mistérios.

Ocorre que a historiografia até aqui produzida sobre o tema não explora o evento da disputa em torno do cofre como um motivo central do destino dos Desvalidos. Ao contrário,

2 Para uma análise do processo histórico de mudança no perfil da ajuda mútua oitocentista que tem os Desvalidos como protagonistas, ver o trabalho de LEITE, Douglas Guimarães. **Mutualistas, graças a Deus**: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869). 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Para o período seguinte, consulte-se a pesquisa de CAMPOS, Lucas Ribeiro. **Sociedade Protetora dos Desvalidos**: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. E também, CARMO, Emerson Cláudio Cordeiro do. **Memória e associativismo mutualista em Salvador**: estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851-1934). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2019.

silenciando a respeito do conflito que levaria à divisão dos seus grupos, normaliza-o como uma “transformação interna” da irmandade que, mudando de sede em 1848 e reformando seu estatuto no ano de 1851, ter-se-ia convertido em uma associação mutualista de caráter civil (a futura SPD).³ Com respaldo em novas fontes – e com o propósito de sublinhar outras dimensões transformadoras desse conflito – é possível contrapor a leitura feita até aqui, não só pela demonstração de que a criação da sociedade não resultou da “conversão” da irmandade (que, a rigor, seguiu existindo), como sobretudo pela reabilitação do caráter decisivo da “desordem” em torno do cofre para a compreensão da centralidade de eventos e processos subsequentes.

O presente trabalho explora a história de duas instituições de ajuda mútua criadas por indivíduos negros livres e libertos na primeira metade do século XIX, numa importante cidade escravista da América. Da Irmandade dos Desvalidos pode-se destacar o fato de ter sido formada, em 1832, por “crioulos livres de cores pretas” que, contando entre os seus com irmãos alfabetizados, dispensaram qualquer interferência administrativa de mãos brancas.⁴ Por sua vez, o ineditismo da Sociedade Protetora dos Desvalidos se encontra em ter figurado possivelmente como a única sociedade mutualista autorizada oficialmente pelo Estado imperial a só matricular indivíduos negros.

Reconstituir o quadro complexo que compreende a história dos Desvalidos atende a alguns objetivos. O primeiro consiste em aprofundar a pesquisa sobre instituições cuja importância se estende até os dias de hoje, seja no culto da memória dos antepassados, seja na promoção de atividade política e assistencial junto aos associados – caso da SPD, em Salvador. Autonomia e protagonismo são, como se vê, dois dos principais legados dos Desvalidos ao universo do mutualismo negro.

Esse primeiro objetivo convoca outro: apresentam-se no texto dois conjuntos documentais do século XIX que constituem as principais fontes deste trabalho: a “Relíquia da Irmandade Devoção de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos” (1832-1847) e o “Livro de Termos” (1847). Repertórios de atas, ofícios e demais papéis de interesse associativo, os materiais reproduzem o cotidiano da confraria e ajudam a lançar luz sobre momentos-chave de sua história. Ambos os livros foram transcritos e restaurados como resultado de iniciativas de preservação histórica e memória documental com especial interesse na vida associativa e no protagonismo de indivíduos negros.⁵

3 É o caso de BRAGA, Julio Santana. **Sociedade Protetora dos Desvalidos**: uma irmandade de cor. Salvador: Ianamá, 1987. p. 30. Ver também, OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX**: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. p. 139.

4 A expressão “crioulos livres de cores pretas” consta da ata de sessão da irmandade, datada de 29/3/1835, e é utilizada para designar seus integrantes, indicando a quem pertence a “Devoção da Santíssima Virginal Senhora da Soledade dos Desvalidos”; cf. Relíquia, fl. 18r.

5 A “Relíquia” foi selecionada pelo Programa Memória do Mundo, da Unesco, em 2018, como manuscrito de interesse da humanidade, passando a compor o acervo protegido pelo Arquivo Nacional. O trabalho de restauração de outros livros dos Desvalidos foi realizado pelo Ateliê Memória e Arte, no âmbito do projeto “Mãos negras, mãos hábeis: salvaguarda de manuscritos produzidos por negros libertos no século XIX na Bahia”, sob coordenação técnica de Vanilda Mazzoni, e com financiamento da Fundação Prince Claus,

Materiais desse tipo abundavam na rotina de associações do período, embora acessá-los hoje seja ainda incomum. Lucilene Reginaldo, estudiosa do assunto, diz que, “apesar do grande número de livros acumulados no decorrer da existência de uma confraria, é raríssimo, nos dias de hoje, ter-se em mãos algum destes manuscritos”. E segue: “O desaparecimento da maioria das confrarias católicas ocasionou a dispersão e destruição da quase totalidade de seus registros internos.”⁶ Felizmente algumas dessas raras exceções são baianas. É o caso da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho, tema de estudo da historiadora. É essa também a história dos Desvalidos.

É verdade, seguindo o argumento de Reginaldo, que em geral a preservação desses acervos se explica pela manutenção da atividade associativa até o presente. Ocorre que a Irmandade dos Desvalidos, cujo processo de divisão se inicia em 1848, extingue-se em alguma data desconhecida do século XIX. Apesar disso, as fontes aqui analisadas indicam que seus livros sobreviveram ao fim da confraria e, mais, que o roteiro de sua preservação produziu forte impacto sobre a leitura histórica hoje estabelecida acerca da relação entre irmandade e sociedade. A Relíquia (1832-1847) teria sido incorporada ao arquivo da SPD – onde atualmente se encontra – em algum momento após o fim da irmandade; já o Livro de Termos – aberto na irmandade em 1837, mas só concluído na associação em 1849 – foi apropriado pela ala dissidente – que criaria a SPD – no ato mesmo da separação (o dia da votação do destino do cofre), documentando ele mesmo um processo de “transmissão de testemunhos”.⁷

Chega-se aqui então ao terceiro objetivo do trabalho: discutir como o vai e vem dos livros e suas condições de transmissão podem ter contribuído para que a historiografia dos Desvalidos apagasse o registro de um dos conflitos decisivos de sua história. A confirmação dessa hipótese pode ajudar a explicar como se construiu na historiografia o argumento que enfatiza a linearidade de sua “transformação” de irmandade em associação mutualista, ainda que, como veremos, em desacordo com a memória dos associados até, pelo menos, a metade do século passado.

Reconstituindo o processo de consolidação da SPD, procurarei demonstrar que, ao longo do século XIX, os integrantes da mutual aproveitaram as oportunidades abertas pela

em edital voltado à proteção de documentos históricos em risco. Para mais informações, ver: <https://www.memoriaarte.com.br/maosnegrasmaoshabeis>. Acesso em: 10 mar. 2023.

6 REGINALDO, Lucilene. Em torno de um registro: o livro de irmãos do Rosário das Portas do Carmo. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R. (org.). **Salvador da Bahia**: retratos de uma cidade atlântica. Salvador, Lisboa: Edufba, CHAM, 2016. p. 192. Uma notável exceção pernambucana é a dos registros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, fundada na década de 1840, cujo estudo foi traduzido em instrutivo roteiro metodológico por MAC CORD, Marcelo. As sociedades mutualistas e os seus registros escritos: análise formal e social das atas de suas reuniões ordinárias e extraordinárias. In: SECRETO, Maria Veronica, FREIRE, Jonis (org.). **História como se faz?** Exercícios de metodologia da história sobre escravidão e liberdade. v. 1. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. p.194-211. Para o estudo dos livros do Rosário no período seguinte, ver MESQUITA, Mariana. **Pelas contas do Rosário**: sentidos da cidadania na Irmandade dos homens pretos de Salvador no pós-abolição (1888-1930). Teresina: Cancioneiro, 2022.

7 É de Marc Bloch a clássica imagem da “transmissão de testemunhos” como mote da discussão sobre as condições de produção e crítica do documento histórico. Veja-se: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

vida associativa para reforçar os significados material e simbólico das diferenças entre a SPD e a irmandade. E que as pazes que seus sucessores firmariam entre uma e outra no início do século seguinte não os fariam perder de vista o caráter seminal do conflito.

I. Conflito, separação e Compromissos numa sociedade escravista

A HISTÓRIA DOS DESVALIDOS dá mostras a um só tempo da tradição e da ruptura experimentadas como pretensão de se distinguir a própria cor na exploração das experiências institucionais. Fundar e manter uma irmandade na já tardia década de 1830 não era exatamente uma novidade. Mas uma confraria de “crioulos livres de cores pretas” que riscava os brancos de qualquer participação institucional aparece como uma alternativa original para a reivindicação de igualdade afirmada no exercício de um poder confraternal exclusivo.⁸

Em que pese o fato de que os postos de escrivães das irmandades de cor fossem paulatinamente assumidos por indivíduos negros desde fins do século XVIII, esse não era o quadro dominante até pelo menos o início da segunda metade do XIX. Reporte-se, a propósito, o caso da Sociedade dos Artífices, mutual baiana que, em carta dirigida no ano de 1861 às autoridades provinciais, apresentou queixa da dificuldade em cumprir o prazo oficial para a regularização de seu estatuto, valendo-se do auxílio de uma “comissão externa”, em razão da ausência de alfabetizados na associação.⁹ Seria, portanto, marcante que nesse mesmo ano a Sociedade Protetora dos Desvalidos aprovasse seu estatuto na província da Bahia. A decisão chama a atenção por contrariar o padrão estabelecido pelo Conselho de Estado, órgão ao qual a Lei dos Entraves (1860) atribuíra responsabilidade para análise dos pedidos de aprovação e reforma das cartas associativas. Ao longo do período de vigência da lei, os integrantes do Conselho fariam rigorosamente valer a interpretação segundo a qual estava terminantemente proibida a formação de agremiações civis compostas por “classes separadas pela cor”.¹⁰

8 A primeira experiência de uma confraria de pretos na devoção a Nossa Senhora do Rosário remonta ao conflito que separa as alas do Mosteiro de São Domingos de Lisboa, em 1565, criando duas irmandades próprias, de brancos e de pretos, como nos informa LAHON, Didier. Da redução da alteridade à consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (Séculos XVI-XVIII). **Projeto História**, São Paulo, n. 44, p. 60-61, jun. 2012. Mas a exclusividade de pretos na administração, com a exclusão de qualquer participação de brancos, não era conhecida. Para REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005, p. 97, no cenário das confrarias na América Portuguesa “a exclusão era um privilégio dos brancos”.

9 Sobre a presença regular de brancos nas confrarias de pretos, e o quadro de sua crescente substituição nas tarefas escriturárias, veja-se MULVEY, Patricia Ann. **The black lay brotherhoods of colonial Brazil**. 1976. PhD Dissertation (History) – City University of New York, New York, 1976. p. 136. REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades no tempo da escravidão. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.18-20, 1996. MAC CORD, Marcelo. **O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. p. 90. Para a carta dos Artífices, cf. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial e Provincial, Presidência da Província, correspondência recebida da Sociedade Montepio dos Artífices (1861-1889), doc. 1.

10 Dentre outros autores, CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2003, p. 241 e ss, analisou o indeferimento, pelo Conselho de Estado, dos pedidos de aprovação dos estatutos de duas associações exclusivas de indivíduos negros na década de 1870, na Corte. Segundo o parecer do Conselho, “os homens de cor, livres, são no Império cidadãos que não formam classe separada”.

Em 1830, a roupa antiga da corporação passava a vestir uma nova reivindicação de autonomia racial, impossível em outro formato institucional numa década que assistia ao fim das tradicionais instituições racializadas.¹¹ Vinte anos depois, as demandas formuladas por aqueles que rompem com a irmandade, criando a Sociedade, assumiriam a forma moderna da pretensão de igualdade no acesso aos bens de mercado, no interior de uma associação civil igual a muitas outras que surgiam à época, salvo pelo fato de que a SPD era exclusiva de negros.

Alguns dos irmãos Desvalidos formavam uma primeira geração de indivíduos nascidos livres, segundo informam seus testamentos, o que pode ter significado um expressivo salto em termos pessoais e políticos.¹² Foi, assim, numa freguesia de “grande classe média”, com significativa presença de negros livres e libertos com “inclinação para a lavoura”, que nossos protagonistas iniciaram sua trajetória na Irmandade. Santo Antônio Além do Carmo, à época uma das dez divisões administrativas da cidade de Salvador e seu Termo, abrigava a Igreja dos XV Mistérios, construída no fim da década de 1820 para receber a Irmandade da

Figura II – Fachada da Capela dos XV Mistérios, Salvador (BA)



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Igreja_dos_Quinze_Mist%C3%A9rios_Salvador_Fa%C3%A7ade_2018-1386.jpg. Acesso em: 18 jul. 2023.

Por outro lado, sob o mesmo fundamento, o Conselho riscou no estatuto da Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão, em 1878, a previsão de exclusão de indivíduos negros livres ou libertos, como o demonstra LACERDA, David Patrício. **Solidariedades entre ofícios**: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. p.127-129. A aprovação do estatuto da SPD se encontra em: APEB, SACP, maço 1578.

- 11 Sobre o impacto da política de desracialização de organizações civis e militares no pós-1830, na esteira da difusão de uma linguagem desracializada da cidadania, veja-se, KRAAY, Hendrik. **Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência**: Bahia, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2011, esp. cap. 8. LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 57-60.
- 12 São, por exemplo, os casos de Daniel Correia, Testamento, APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos (SJ/IT), 5/1465/1934/43; José Pedro Paraguassu, Testamento, APEB, SJ/IT, 2181/2650/08; e Feliciano Primo Ferreira, Inventário, APEB, SJ/IT, 7/3062/11. Outros eram forros, a exemplo do oficial de sapateiro Roberto Tavares França, como o atesta a carta de alforria escrita em seu nome, APEB, SJ, Livro de Notas 242, fl. 179-179V. Documento gentilmente cedido por Lisa Castillo.

Nossa Senhora do Rosário dos XV Mistérios dos Homens Pretos. Ali os Desvalidos também ocupariam uma capela.¹³ Era praxe na economia confraternal que muitas irmandades se reunissem numa mesma igreja, e que isso implicasse alguma negociação, tanto material quanto espiritual. Foi exatamente o que aconteceu com os Desvalidos, afinal a primeira ocupante do espaço custaria a autorizar a adoração da mesma Padroeira (Nossa Senhora da Soledade) pela irmandade vizinha.¹⁴

Durante o transcurso das duas primeiras décadas de existência dos Desvalidos, as fontes não registram qualquer outra querela importante na sede da irmandade até a ocorrência policial motivada pela disputa do cofre, acima destacada. Mas, cerca de um ano e meio depois desse evento, a situação dos Desvalidos voltaria ao noticiário com o texto publicado na edição de 24 de novembro de 1849 do *Correio Mercantil*, às expensas da ala dos confrades instalados no Santo Antônio:

A mesa da irmandade de Nossa Senhora dos Desvalidos, ereta na capela do Rosário dos Quinze Mistérios, responde ao *irmão desligado* Henrique Cardozo da Costa, em resposta ao conteúdo da carta que escreveu, que não reconhecemos nem a ele nem a outra qualquer pessoa com direito de fazer reuniões na capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros, pois que esta devoção, hoje irmandade por compromisso aprovado, *não pode* desligar-se da capela dos Quinze Mistérios, e da irmandade do Rosário da mesma capela, sendo por conseguinte todos os atos que forem praticados na capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros nulos, e tanto nulos que por acórdão da relação foi mandado que o cofre ficasse conservado na referida capela dos Quinze Mistérios, e por isso não se pode convir em um ato nulo, a vista do que se faz ciente ao respeitável público pelo presente anúncio.¹⁵

O texto é curto embora faça jus, por tudo o que diz, a cada real empregado na sua publicação. Articulado de forma objetiva pontos importantes da desavença que atravessara o ano entre as duas alas dos Desvalidos, a nota expõe a postura de uma dissidência que parecia não fazer caso das obrigações que vinculavam todos os irmãos à capela original – vínculo sacramentado na recente confirmação do Compromisso, e reforçado pela decisão da Justiça, que mantivera o cofre na sede original.¹⁶ Dessa forma, é na qualidade de “irmãos desligados” que o signatário Theodoro dos Reis e S. Tiago, primeiro-secretário da irmandade, se dirige aos da outra ala, conjurando o peso simbólico dos eventos recentes para chamá-los à responsabilidade.

13 NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: Edufba, 2007. p. 130-135. As aspas respeitam as expressões utilizadas pela autora na descrição da freguesia e de sua população.

14 A capela dos XV Mistérios, erguida em 1829, era uma edificação simples, cuja construção enfrentara graves problemas de recursos, o que frustrou seu plano original. Antes de ali se instalar, a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios dos Homens Pretos ocupava a matriz da freguesia do Santo Antônio. Cf. PONDÉ, Maria do Carmo. A capelinha dos Quinze Mistérios e a devoção do Rosário entre os pretos. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, v. XXIX, p. 313-324, 1943. O Livro de Termos (1847), fls. 2-11V, prova as reiteradas solicitações dos Desvalidos.

15 **Correio Mercantil**, Salvador, p. 3, 24 nov. 1849 (grifos meus). Nessa e nas demais citações, a redação original dos documentos foi atualizada.

16 A data da Carta de Confirmação do Compromisso da Irmandade dos Desvalidos pela Presidência da Província, 19/12/1848, indica que se trata do Compromisso que sobreviveria à ruptura na Devoção e à criação da SPD, pois no fim daquele ano o litígio oficial entre os grupos já estava em curso. O documento se acha em APEB, SACP, maço 5264, fl. 41v-42v.

O quadro nos sugere duas indagações: (1) que provocação levara os irmãos dos XV Mistérios a declararem suas razões “ao respeitável público pelo presente anúncio”? (2) Como uma e outra ala dos Desvalidos interpretavam o conjunto das obrigações que o recém-confirmado Compromisso estabelecia para a irmandade? Para respondê-lo, recuamos seis dias para encontrar a ala instalada na capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros, reunida em sessão da qual se exarou “Termo de Resolução”, cujo trecho segue abaixo:

[...] deliberarmos em uma só voz Elegermos a nova Mesa para esta dar cumprimento aos deveres da Sociedade para cujo fim ficam todos cientes que no Domingo vinte e cinco do Corrente deverão todos se acharem as nove horas do dia na nossa Sala das Seções na Capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros com as suas cédulas para Mesa e Comissão na forma em que dispõe o Artigo 19 sendo para isto também convocados *os outros Sócios* que se acham reunidos na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios cujo aviso fica obrigado ao Secretario mandar-lhe os participar-lhe [...].¹⁷

Fruto de uníssona deliberação da mesa paralela montada no Rosário do Pelourinho, os “irmãos-sócios” da Devoção redigiram uma carta, encaminhada à ala dos XV Mistérios, e foi o tom convocatório da missiva ao lado do uso officioso do nome da irmandade que lhes tiraram do sério:

Ilustríssimo Senhor Irmão

O Provedor e mais Mesários participam a Vossa Senhoria que no Domingo 25 do Corrente tem-se de Eleger a nossa Mesa na forma em que dispõe o Capitulo 4º do Artigo 19 do nossos Estatutos, para cujo fim deverá Vossa Senhoria se achar no Consistório da Capela de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo as 9 horas da manhã com a sua cédula para dar seu voto, Bahia 19 de Novembro, disse Secretario da Devoção de Nossa Senhora da S[oledade] dos [Desvalidos] [...] de 1849, Sou de Vossa Senhoria Respeitador e cro. Henrique Cardozo da Costa.¹⁸

Lida pelos irmãos do Santo Antônio como um rematado insulto e uma flagrante violação à lei da irmandade, a carta riscou a linha da separação definitiva entre os grupos, apartando-se sem volta as suas mesas. O anúncio no jornal fora então a forma pública de uma resposta que já havia sido enviada, com o mesmo teor, aos “irmãos-sócios” do Pelourinho, que na sessão seguinte lhes retribuíram a seguinte sentença: “Em virtude desta Cartas passou-se a fazer a sua a Eleição dos novos Mesários *para o bom andamento desta Sociedade pois que nada tem com a sua Irmandade* [...]”.¹⁹

Parece por tudo evidente que os irmãos ocupantes da sede original não tinham qualquer pretensão de “transformar” a irmandade. Apoiados na força simbólica de um Compromisso recém-oficializado – documento que vinha de longas reformas – e perfeitamente à vontade com as obrigações espirituais nele representadas, eles são

17 Livro de Termos, Termo de Resolução, fl. 28r, 1847 (grifos meus).

18 Livro de Termos, Termo de Deliberação, fl. 29r, 1847; “irmãos-sócios” é expressão utilizada em termo de fl. 25v.

19 Livro de Termos, Termo de Deliberação, fl. 29r/29v, 1847 (grifos meus).

enfáticos em dizer que a confraria “*não pode desligar-se da Capela dos Quinze Mistérios e da irmandade do Rosário da mesma capela*”. Anos antes, já haviam declarado que “tomaram por sua Padroeira a mesma Senhora da Soledade pertencente a esta Irmandade que se acha colocada na Capela”, graça essa concedida pela Junta da Irmandade do Rosário dos XV Mistérios, e lavrada em termo para que não pudesse ser desfeita.²⁰ Como os Desvalidos, recorde-se, a Irmandade dos XV Mistérios era formada por homens pretos.²¹

A aparente falta de resposta positiva dos “irmãos-sócios” aos termos claramente articulados da reação de seus adversários parece indicar fortemente que um caminho fora do Compromisso já havia sido tomado pelos integrantes da emergente “Sociedade”. A intencionalidade se distinguia em toda parte, e ao fundarem a SPD, dali a menos de dois anos, os novos Desvalidos sequer teriam a companhia abençoada de Nossa Senhora da Soledade, erguendo ao altar a Virgem da Conceição como nova padroeira.²²

Mas a dissidência, convenhamos, não era exatamente uma coisa do outro mundo. Bem entendido, ela se explicava sobretudo pela disputa em torno do manejo de um item especial daquele patrimônio comum: o cofre.²³ Sem que se pretenda naturalmente reduzir o conflito fundamental dos Desvalidos a uma briga por dinheiro, tomá-lo pela disputa do cofre é sugerir que os planos de expansão do grupo dissidente da irmandade passavam menos por destituir a ala contrária do que por empurrá-la consigo para novas formas de administração e exploração de seu patrimônio, consistentes com as mudanças na economia da ajuda mútua de então.

Um fenômeno marcante não só na Bahia, mas em todo o Império brasileiro em fins da primeira metade do século XIX, era a multiplicação de experiências beneficentes que se organizavam na forma de associações civis.²⁴ As sociedades mutuais que despontaram

20 Desde pelo menos 1833, com a edição de uma “Carta para reformas de Capítulo e § do Compromisso”, as propostas de mudanças na lei interna da confraria se tornariam uma praxe. É o que confirmam, por exemplo, as atas das sessões dos dias 21/04/1833 e 20/07/1834, que indicam a atividade de comissões de reforma da lei da confraria; cf. Relíquia, fl. 8v, 13r; Livro de Termos, fl. 3r-3v, 1847 (grifos meus).

21 A socialização dos Desvalidos com irmãos do Rosário representa importante intenção étnica e religiosa, e consagra a aproximação entre um símbolo do catolicismo negro antigo (a devoção a Nossa Senhora do Rosário), de expressiva importância para os crioulos, e uma irmandade de brasileiros igualmente cristianizados. Sobre o tema, ver SILVEIRA, Renato da. Antecedentes europeus nas irmandades do Rosário dos Pretos na Bahia colonial. In: REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (org.). **A escravidão e suas sombras**. Salvador: Edufba, 2012. p. 31.

22 Discurso proferido na Sociedade Protetora dos Desvalidos pelo sócio Manuel Francisco dos Santos, no qual a “excelsa padroeira” é saudada. APEB, SACP, maço 5306, correspondência recebida da SPD (1861-1880).

23 Ao longo da primeira metade do século XIX, na Europa ou na América, histórias envolvendo cofres eram comuns. No contexto das “friendly societies” inglesas, por exemplo, HOPKINS, Eric. **Working-Class Self-Help in nineteenth-century England**. London: UCL Press, 1995, p. 19-20, conta que o zelo com os valores levantados por uma importante instituição de ajuda mútua, a “Town Porters Society”, redundaria na inclusão de três mestres-chaveiros na direção da sociedade.

24 É extensa a bibliografia sobre o assunto, cabendo destacar: SILVA JR., Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas: Ed. Unicamp, 2012. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia, 1832-1930. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, ago./dez. 2010. p. 40-77. Na região do Prata, o impacto do fenômeno pode ser medido pelo lema do periódico afro-argentino *La Juventud*, que, em 1876, rezava: “la verdadera religión entre nosotros son los Socorros Mutuos”; citado em ANDREWS, George Reid. **Los afroargentinos en Buenos Aires**. Buenos Aires:

nesse período atualizaram e sofisticaram um tipo de ajuda mútua de caráter tipicamente assistencial e previdenciário que até então se concentrava em práticas das devoções religiosas. As irmandades funcionavam como caixas de empréstimo, verdadeiros bancos populares junto à comunidade mais ou menos ampla, mas esbarravam na limitação das oportunidades de investimento. Daí a centralidade de seus cofres, guardados a três ou mais chaves, e dos penhores neles depositados.²⁵

Quadro 1 - Mutuais na Província da Bahia (1832-1861)

Sociedade mutualista	Ano de fundação
Sociedade dos Artífices	1832
Sociedade Médico-Pharmacêutica de Beneficência Mútua	1841
Sociedade Protetora dos Desvalidos	1851
Sociedade Montepio dos Artistas	1853
Sociedade Humanitária dos Artistas	1856
Sociedade Protetora e Beneficente dos Artífices Carpinteiros e Calafates	1860
Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos	1861

Fonte: APEB, SACP, maço 1575.

O cenário mudaria após 1850, contudo, dado que a proliferação das mutuais seria contemporânea de um período de ativa expansão das companhias de seguros e instituições financeiras. A recriação do Banco do Brasil, em 1853, por exemplo, marcou tanto a consolidação de um sistema mais ou menos estável de crédito comercial no Império quanto a intervenção do Estado conservador no sistema bancário, especialmente por meio da Lei n.º 1.083/1860 – a chamada “Lei dos Entraves” – também aplicável à regulamentação das associações mutualistas. Nesse contexto, a pluralidade de instituições financeiras estabelecidas na segunda metade do século abriria alternativas de capitalização para grandes e pequenos investidores, como era o caso dos sócios mutuais.²⁶

Sintomático dos diferentes contextos financeiros vividos pela Irmandade dos Desvalidos, na década de 1830, e pela SPD, em meados da década de 1860, é o contraste

Ediciones de la Flor, 1989. p. 181.

25 Das irmandades como operadoras de crédito, MARTINS, Mônica de Souza N. A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofícios no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. M. **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Ed. Unicamp, 2014, p. 26, afirma que “o auxílio mútuo fazia-se representar ainda pelo viés creditício assumido por essas entidades, garantidoras de condições de crédito e de ajuda financeira aos irmãos que estivessem em situações de necessidade”.

26 Sobre o movimento associativo entre mutuais na vigência da Lei dos Entraves, ver LACERDA, David Patrício. **Mutualismo, trabalho e política: a Seção Império do Conselho de Estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882)**. In: MAC CORD; BATALHA, op. cit., p. 84-88. Acerca do sistema bancário no Império brasileiro e da legislação especial criada pelo gabinete conservador, veja-se GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-66)**. 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Uma lista das principais instituições financeiras criadas na província da Bahia até meados da década de 1850 está em PINHO, José Wanderley de Araújo. **A Bahia – 1808-1856**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Monárquico. v. 2. São Paulo: Difel, 1972. p. 289-290.

entre as providências adotadas por irmãos, por um lado, e sócios, por outro, diante do quadro de desmonetização da economia. No primeiro caso, a crise do derrame de moedas falsas que apossava o mercado da província obrigou indivíduos e instituições que lidavam com crédito a trocar suas cédulas junto à Fazenda Pública. Foi o que fez um encarregado da Irmandade dos Desvalidos em 1837.²⁷ No outro caso, a debacle financeira provocada pela quebra da Casa Souto, uma das maiores instituições financeiras do Império, levou a uma corrida generalizada aos bancos, que, suspendendo seus pagamentos, desorganizaram o fluxo de crédito entre os de cima, mas, com mais força, provocaram fome e desabastecimento entre os de baixo, retirando de circulação os “trocós miúdos”. Na SPD, em sessão ocorrida pouco antes de que a falência da Casa Souto completasse um mês, os sócios debatiam a conveniência de sacar o dinheiro investido em um banco privado e depositá-lo “em algum banco do governo”. Cogitavam, alternativamente, comprar uma propriedade, protegendo-a com seguro.²⁸

Esse quadro indica que a expectativa vivida pela ruptura que o conflito em torno do cofre dos Desvalidos prenunciava ia, portanto, ao encontro de uma expertise administrativa típica de outra espécie de mutualismo que o formato tradicional dos penhores e loterias das irmandades já não bastava para prover.²⁹ No curso desse amplo processo de laicização da ajuda mútua, instituições como a SPD se descolariam mais ou menos intensamente do antigo núcleo corporativo do qual muitas haviam nascido. Nesse contexto, a transição institucional se traduziria principalmente na remodelação jurídica e econômica da forma associativa, embora muitas vezes sem o abandono da invocação religiosa, preservado especialmente o núcleo da assistência tradicional que compreendia o sepultamento digno do companheiro, fosse ele confrade ou consócio.³⁰

Ocorre, por isso, que, na data em que os “irmãos desligados” declaram “nada ter com sua irmandade”, a resposta pública que formulavam ao anúncio veiculado pelo jornal era, positivamente, a da efetiva transformação dos Desvalidos. Transformação que, contudo, não

27 Relíquia, Ata da Sessão de 5 mar. 1837, fl. 38r.

28 Segundo GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864. **Revista Veredas da História**, v. 5, n. 2, p. 1, 2012, “no dia 10 de setembro de 1864, a casa bancária A.J.A. Souto e Cia., uma das mais importantes do império brasileiro, suspendeu seus pagamentos, iniciando uma crise bancária na praça do Rio de Janeiro, capital e centro financeiro do país, e comprometendo definitivamente a política econômica idealizada pelo partido conservador que vinha sendo colocada em prática desde o início das operações do Banco do Brasil em 1854”; Ata da Sessão de 2 out. 1864, publicada em OLIVEIRA, op. cit., p. 628-633.

29 O movimento de associações constituídas em torno dos jogos de loteria, entre as décadas de 1850 e 1880 na Corte, é estudado por JESUS, Ronaldo Pereira. Mutualismo e loteria no Rio de Janeiro imperial (1850-1889). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 13, p. 1-19, 2013. O número total de “sociedades lotéricas” no período, levantado nos periódicos da Corte, chegava a 359. Tratava-se, porém, de um tipo de mutualismo de organizações sobretudo efêmeras, cuja oficialização era vedada pelo Estado.

30 O processo de mudança das formas organizativas, em meados do século XIX, de instituições corporativas para outras, apoiadas em critérios de livre associação profissional, é assunto, dentre outros, de BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, v. 6, n. 10/11, p. 42-68, Sociedades operárias e mutualismo, 1999. MARTINS, Mônica de Souza N. **Entre a cruz e o capital**: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real, 1808-1824. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. Para processo equivalente em outro contexto, veja-se, por exemplo, RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). **Cadernos AEL**, v. 6, n. 10/11, 1999.

extinguiu a confraria fundada no Santo Antônio em 1832, afinal, em seu testamento, escrito em 1857, João Francisco Régis, ex-vice-provedor da Irmandade dos Desvalidos, lista-a dentre as confrarias às quais pede o sufrágio de sua alma.³¹ Por outro lado, na altura da redação da “carta-bomba” lançada aos XV Mistérios, Antônio Faria do Carmo e Henrique Cardoso da Costa já despachavam literalmente em outra freguesia. Respectivamente nos papéis de tesoureiro e 1º secretário da assim chamada “Sociedade Amparo dos Desvalidos” – um dos nomes provisórios que os dissidentes adotariam antes da fundação oficial da SPD – ambos administravam no Rosário do Pelourinho a estrutura paralela da iminente sociedade, que só viria a tomar contornos definitivos após o fim do processo judicial na Relação, desenlace que transformaria em definitiva a mesa interina, sem a presença dos agora ex-confrades.³²

Aquilo que a transformação dos Desvalidos coloca em definitivo na mesa, por meio da disputa pelo cofre, é, portanto, a viabilidade de um novo perfil político-associativo. Separados da sede dos XV Mistérios, os novos “irmãos-sócios” deixavam para trás o antigo Compromisso e passavam a apostar em um formato institucional que lhes abrisse espaço para o estabelecimento de novos acordos e lealdades, projetando a construção de uma distinta identidade associativa que correspondesse à elevação de seu *status* econômico como artífices pretos. O pontapé inicial dessa nova empreitada não seria outro senão a divisão do conteúdo do cofre, determinada pela Justiça na decisão que pôs fim ao imbróglio institucional.

O valioso e disputado baú guardava 2 contos, 328 mil e 311 réis (2:328\$311). Foi com metade desse montante que a SPD iniciou a sua história. A quantia se compunha da soma do dinheiro do cofre com o valor dos penhores, acrescidos dos juros vencidos até 4 de junho de 1848, marco do conflituoso rompimento na igreja dos XV Mistérios.³³ O valor de um conto de réis era superior aos gastos mensais com socorros e auxílios nos primeiros anos da SPD, que de 1850 a 1852 perfizeram, por exemplo, 782\$720. Mas esses números só tenderiam a crescer, assim como as rendas da associação.³⁴

Seus livros demonstram que, desde pelo menos o início da década de 1850, um expressivo número de ingressos movimentaria o novo caixa.³⁵ A data de abertura de

31 João Francisco Régis, Testamento, APEB, SJ, 03/1071/1540/12, fl. 5V.

32 Ao longo dos primeiros anos de fundação da sociedade, os nomes “Sociedade Amparo” e “Sociedade Protetora” seriam usados alternadamente, assim como o título de provedor, só progressivamente sendo substituído pelo de presidente. Em 1848, José Pedro da Silva Paraguassu, então provedor da ala dissidente da Devoção e encarregado do inventário de suas contas pela Justiça, fala em nome de uma “Sociedade Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos”, cf. ASPD, Livro de Registro de Pagamentos, 1848. O exercício do papel de provedor por Paraguassu, antes da explosão do conflito, se confirma, por exemplo, em Livro de Termos, 1847, fl. 7 e ss. Costa é eleito em 12 de setembro de 1847, cf. *Ibidem*, 1847, fl. 8r.

33 O encerramento do inventário se encontra na primeira parte do ASPD, Livro de Registro de Pagamento de Sócios, 1848, fl. 5.

34 ASPD, Livro de Caixa dos Penhores, fl. 25V, 1851; o registro das despesas se encontra em Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, fl. 40. No início de setembro de 1851, foram providenciados os cuidados com o cofre da nova associação, como atesta o recibo passado em nome de Estevão Machado de São Domingos, responsável pelos ferrolhos, ferragem e fechaduras de uma peça que certamente a todos interessava guardar. Cf. Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, fl. 8.

35 Além da conta feita a partir da saída de irmãos em direção à futura Sociedade, em meados de 1848, o Livro de Registro de Pagamento de Sócios e o ASPD, Livro de Termos de Entrada de Sócios, 1851,

um desses livros, especialmente o Livro de Termos de Sócios Protetores, sugere, no entanto, que os recursos necessários para a criação da mutual proviriam não apenas das contribuições de novos sócios efetivos. Datado de outubro de 1850, sob a rubrica do ainda “provedor” Carlos Manoel Rozena, o livro inauguraria entre os Desvalidos a prática de receber o apoio formal de gente de cor e de condição socioeconômica especialmente distintas daquelas que historicamente caracterizavam seus integrantes. Essa nova estratégia marcava uma importante diferença em relação à trajetória da irmandade de onde haviam saído muitos dos novos sócios Desvalidos.³⁶

Com encadernação especial, revestido de “marroquim verde e dourado”, o Livro dos Sócios Protetores funcionaria não só como um eficiente recurso econômico, mas tudo indica que também seria mobilizado pela sociedade para fazer frente ao seu obstáculo político de maior transcendência: a aprovação do estatuto. Elaborado em sua primeira versão no ano de 1853, a aprovação do documento seria confirmada em 1861, marcando a história do mutualismo brasileiro pela inclusão, até onde hoje se sabe, da única sociedade mutualista exclusiva de negros no rol das associações oficiais do Império.³⁷

Embora nada pudessem prever dos resultados que ao final consolidariam a Sociedade Protetora dos Desvalidos, a intencionalidade de seus protagonistas, sintetizada na carta que representa a última chamada dirigida aos irmãos instalados nos XV Mistérios, expressa muito sugestivamente a marca de uma nova consciência de suas relações com o tempo e de novas estratégias de inserção social. Muito curiosamente, o Livro de Termos, cuja restauração anima esse texto, registra em sua abertura, no ano de 1837, que “há de servir para os consensos da Devoção de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos e para seu bom governo [...]”. Dez anos depois, no entanto, seus termos documentariam a separação dos Desvalidos e o livro mudaria de mãos, levado pelos dissidentes para não mais voltar.³⁸

documentam, desde 1850, o ingresso de novos membros. Ao longo da primeira década, seriam em torno de 150 os requerimentos de entrada apresentados ao conselho da sociedade. É certo que nem todos seriam aprovados, mas o movimento criado pela fundação da mutual se revela no número de solicitações.

36 A primeira matrícula de um protetor é datada de 3 de janeiro de 1851. Trata-se do “Chantre” Manoel Joaquim de Almeida. Na Igreja Católica, o chantre é uma espécie de mestre-cantor, responsável pelos salmos e pelo coro na cerimônia. O segundo da lista, cujo registro data de 10 de março de 1851, seria ninguém menos que Francisco Gonçalves Martins, juiz de carreira, chefe de polícia, presidente de província, ministro do Império e um dos campeões da política imperial conservadora. RIBEIRO, op. cit., p. 138-41, oferece um quadro com os sócios protetores inscritos entre 1851 e 1878; para uma abordagem comparativa entre os perfis da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos, cf. LEITE, op. cit., esp. cap. 3 e 4.

37 Em 23 de julho de 1853, a sociedade já conta com novo estatuto, conforme indicam os gastos com a sua confecção, anotados no Livro de Registro de Pagamento de Sócios, fl. 53; Paulo Moreira trata a Sociedade Floresta Aurora, cuja criação em 31 de dezembro de 1872, como a associação negra mais antiga da cidade de Porto Alegre. Seu trabalho não fornece, contudo, informações sobre o estatuto da associação, o que nos impede de elaborar sobre a formalização da sociedade e, portanto, sobre as condições de seu reconhecimento oficial. Ver, MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Havemos de ser atendidos em nossos direitos, uma vez que servimos para votantes e soldados, não obstante a nossa cor: associativismo negro, direitos e cidadania (a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora Porto Alegre, séc. XIX)*. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-30, 2019. Sobre associativismo negro e “mutualismo étnico” no período em análise, ver MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre (1858-1888)**. Porto Alegre: EST Edições, 2003. Ver também, SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *O mutualismo de fechamento étnico no Rio Grande do Sul (1854-1940)*. **Revista Métis: história e cultura, Caxias do Sul**, v. 4, n. 8, p. 127-157, jul./dez. 2005.

38 Em sentido inverso, com o fim da irmandade, cuja data é desconhecida, em algum momento da história da

A partir de então, e de outro lugar, sua história passaria a ser contada por quem perdera um cofre, mas ganhara um livro.

II. Virando a página do século

No ano de 1876, com as seguintes palavras, um prestigiado integrante da Sociedade Protetora dos Desvalidos abria o discurso comemorativo do seu jubileu de prata: “Senhores, o sócio Manuel Francisco dos Santos acha-se hoje entusiasmado de prazer em dizer-vos que a nossa associação fundada em 1851, debaixo da protecção de sua excelsa padroeira a Virgem da Conceição, conta hoje, graças ao Todo Poderoso, vinte e cinco annos de existência.”³⁹

O curioso da passagem acima é que o leitor interessado percorre todo o pronunciamento e não acha qualquer menção do ex-presidente da associação aos laços que uma vez ligaram o destino da Sociedade ao da Irmandade dos Desvalidos, oficialmente rompidos desde aquele aparentemente longínquo ano de 1851. Manoel Fernandes, presidente da associação em 1864, já então se orientava pela mesma “folhinha” de seu sucessor, o que se evidencia, por exemplo, na nota ao discurso proferido como mestre de cerimônia, por ocasião do aniversário da SPD:

Nota bene, os que ficaram na dita Capela trataram de fazer Seu Compromisso que hoje está instituído irmandade Nossa Senhora da Soledade dos 15 Mistérios. Os do outro grupo, diz, conduzirão com o Cofre por um trato feito com os dignos Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo, aí em 29 de outubro de 1851 instalaram de novo esta Sociedade.⁴⁰

A questão, além de interesse simbólico, tinha decisiva repercussão prática, como informam, em nova dobradinha, os companheiros Manoel Fernandes e Manuel dos Santos. Naquele mesmo ano de 1864, cinco meses antes da festa, um tema árido motivara sua intervenção casada na assembleia da associação. Alguns dos sócios mais antigos, que haviam participado da fundação da SPD, reivindicavam suas “anistias”, ou seja, sua remição do pagamento das mensalidades, para isso invocando a lei da sociedade. Respectivamente presidente e visitador, Fernandes e Santos assumiram a defesa das contas associativas, sublinhando – o que era central no caso – que a remição “não podia ser contada dos 15 Mistérios”, afinal “o sentido que nós fizemos foi que a criação tinha Sido em outubro de 1851, logo assim não podia Ser Contado de 15 Mistérios porque o público, o Governo não tem ciência que ela fosse criada neste tempo”.⁴¹

Ambos os movimentos avançavam aquele outro, iniciado nos anos do conflito em torno do cofre, quando, no primeiro aniversário da irmandade comemorado em duas

SPD é provável que a “Relíquia” tenha sido realocada no conjunto dos documentos da associação, tendo como prováveis “guardiães” alguns dos sócios que seguiram irmãos.

39 Discurso proferido na Sociedade Protetora dos Desvalidos pelo sócio Manuel Francisco dos Santos, APEB, SACP, maço 5306, Correspondência recebida da SPD (1861-1880).

40 Ata publicada em OLIVEIRA, op. cit., p. 637.

41 Ata da Sessão de 22 de maio de 1864, publicada em OLIVEIRA, op. cit., p. 605.

sedes, em fins de 1848, os dissidentes instalados no Rosário do Pelourinho reclamavam das “injúrias de seus irmãos contrários”. Esses – diziam os irmãos desligados – “por mero capricho, sem uma razão plausível têm, não só incomodado a Devoção com pleitos judiciais, mas também motivado a muitos de nossos Irmãos serem privados daqueles socorros que lhe são devidos por ocasião de suas enfermidades [...]”.⁴²

Vê-se que, cada um a seu tempo, esses movimentos representam o processo de uma separação institucional que, ao fim de 25 anos, estará plenamente concluída, a ponto de sequer ser registrada no encomiástico discurso de aniversário da associação. Logo, não deixa de ser surpreendente que, em 1923, a edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil na Bahia, publicada no *Diário Oficial do Estado da Bahia*, destaque, juntamente com outras associações baianas, uma Sociedade Protetora dos Desvalidos “fundada em 16 de setembro de 1832”.⁴³

No texto que o *Diário Oficial* dedica à SPD, não só a data de sua fundação recua e se confunde com a da Irmandade, mas também o decisivo conflito no seio dessa confraria no ano de 1848 se transforma em “desarmonia” dos Desvalidos com a Irmandade dos XV Mistérios, primeira ocupante da igreja. Na esteira da suposta “desinteligência” entre as devoções, ainda segundo a edição do centenário, a Irmandade dos Desvalidos passaria a funcionar, “conforme permissão concedida pela mesa administrativa da irmandade de N. S. das Portas do Carmo”, em “um cômodo cedido pela referida corporação religiosa”, de onde seria desalojada 20 anos depois.⁴⁴

Essa versão sobre a SPD, embora historicamente incorreta, pode ser vista como resultado de um processo que a associação deflagraria internamente, no início do século XX, impulsionando uma mudança na representação oficial de sua própria história. Essa mudança é reconstituída de forma muito competente por Emerson do Carmo, que a apresenta como um importante capítulo da reconciliação dos Desvalidos com seus irmãos mortos no século anterior. O curioso é notar que a recuperação da Irmandade como parte da história da SPD ocorria então, significativamente, num momento de reconciliação também entre os vivos, afinal a cronologia desse movimento se confunde – como o demonstra Carmo – com a de um período de superação de graves conflitos políticos na mutual e com o restabelecimento da normalidade na vida associativa. O que a documentação evidencia, portanto, é que, ao final desse período, a reconciliação política na SPD também reabilitaria o caráter simbólico do ano de 1832, embora sem desconhecer a importância do conflito que em 1848 dividira os Desvalidos – conflito que a edição do *Diário Oficial* tratara equivocadamente como “desarmonia” entre os Desvalidos e os XV Mistérios”.⁴⁵ Resumamos essa história nos parágrafos seguintes.

42 Livro de Termos, 1847, Termo de Deliberação, fl. 23V, e ata da sessão de 17 de setembro de 1848, fl. 18r.

43 BAHIA. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, edição especial do Centenário, Salvador, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 494-496, 2 jul. 1923. Documento gentilmente disponibilizado por Aldrin Castellucci.

44 Ibidem, p. 494-495.

45 CARMO, op. cit., p. 32-45.

No ano de 1909, o sócio José Augusto Trigueiros de Lima seria eleito para um mandato-tampão de 56 dias como presidente da SPD, um exercício que punha fim à experiência de sete anos de uma mesa diretora tirânica, fruto de um golpe urdido por alguns membros eleitos que, renunciando aos seus cargos, exigiram “a entrega da direção da associação mutualista [...] ao sócio Alvinho Paulo do Bomfim, para que este governasse ‘com amplos poderes’ e pudesse ‘chamar os auxiliares que entendesse’”. Tratando o episódio como “o maior drama social desde a cisão de 1851”, Carmo chama a atenção para o relatório escrito por Lima ao fim da gestão de transição, no qual, pela primeira vez, a separação dos Desvalidos em fins da década de 1840 é lembrada numa chave conciliatória: a mesma chave conciliatória que os faria deixar para trás – sem maiores consequências disciplinares – a administração de Bomfim.⁴⁶

Ao sugerirem, no contexto de reconciliação, a “beleza da evocação de um passado glorioso”, Lima e seus sucessores passavam a exercitar a memória de um passado comum dos Desvalidos, aparentemente liberados, àquela altura, das interdições que a separação conflituosa de quase um século atrás impusera sobre os gestos e discursos dos antecessores. Esse novo movimento institucional será adiante consistentemente reproduzido nas referências dos sócios à memória da irmandade e nas homenagens aos seus fundadores.⁴⁷ A passagem marcante dessa virada se encontra na leitura que o presidente da SPD Júlio Alves Palma (1918-1920), no ano de 1920, faz do legado da confraria, e a partir da qual ele redefine a cronologia dos Desvalidos, em oposição àquela que os dirigentes das décadas de 1860 e 1870 haviam estabelecido. Segundo Palma, “como é verdade o que diz a história dessa agremiação, não se diga o seu 69º aniversário, não se diga a sua instalação em 21 de outubro de 1851; diga-se, fundada em 16 de setembro de 1832; diga-se, o seu 88º aniversário de sua fundação”.⁴⁸

Essa história estendida dos Desvalidos é a mesma com que hoje trabalha o discurso institucional, o que permite compreender por que a atual Associação Protetora dos Desvalidos (SPD) tenha celebrado, em setembro de 2022, 190 anos da “primeira associação civil negra do país”.⁴⁹ A historiografia mobilizada por esse discurso, construída na segunda metade do século XX, falta, no entanto, ao não conferir centralidade ao evento da separação dos Desvalidos; a bem da verdade, ela o desconhece. As consequências dessa falta são

46 No parecer que entrega ao fim do curto mandato, o presidente da Comissão de Contas agradece à Virgem do Amparo “por ter, depois da ditadura de sete anos, três meses e quatorze dias, o prazer de poder estar hoje entre os meus velhos e novos consócios”. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, relativo ao exercício de 4 de agosto a 30 de setembro de 1909, p. 17, documento gentilmente cedido por Emerson do Carmo. CARMO, op. cit., p. 35.

47 A frase entre aspas é do sócio-orador da SPD José Oseas da Rocha, na cerimônia de comemoração do aniversário da associação no ano de 1921, no contexto da celebração dos feitos da Irmandade dos Desvalidos e da memória de um de seus fundadores, Manoel Victor Serra. Consta do BPEB, Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Exercício de 1920 a 1921, p. 27 apud CARMO, op. cit., p. 42.

48 BPEB, Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos, exercício de 1919 a 1920, p. 19.

49 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/entidade-pioneira-no-apoio-a-trabalhadores-negros-no-brasil-completa-190-anos.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2023. Em 1932, como registra CARMO, op. cit., p. 22, a SPD celebraria, com uma missa, 100 anos da associação.

importantes, em se tratando de um conflito que garante a especificidade histórica de ambas as instituições e que permite compreender seu lugar na dinâmica do mutualismo negro oitocentista. A esse propósito, é fundamental lembrar o presidente Lima, que em 1909 declararia que a irmandade, “em 1851, *por divergência de raças*, dividiu-se em dois grupos, fundando cada grupo uma agremiação separada; foi donde teve origem a Sociedade Protetora dos Desvalidos, que trouxe consigo maior número”.⁵⁰ Na ocasião, Lima iniciava um processo que dentro de 20 anos estaria consolidado na associação, e por meio do qual o reconhecimento das diferentes trajetórias dos Desvalidos possibilitou a reconstrução de um longo passado como memória comum.

É importante frisar que as pesquisas acadêmicas que pela primeira vez estudaram de forma sistemática os Desvalidos confirmaram as linhas gerais da versão comemorativa do 2 de julho de 1923. Isso quer dizer: incorporaram a cronologia que resultou da reconstrução da memória associativa sem, porém, elaborarem o processo através do qual a velha cizânia foi superada, ainda que o conflito decisivo estivesse explícito nos discursos dos sócios. Na última parte do trabalho, quero demonstrar que a supressão do conflito pela historiografia pode ser explicada como uma das consequências da própria separação dos Desvalidos, que, ao dividir os grupos em instituições e sedes diferentes, impôs à sua documentação os azares do deslocamento ao longo do tempo.

Para detalhar o argumento a partir das consequências desse “jogo dos livros”, exploro os resultados materiais do processo de restauração documental promovido mais recentemente pela SPD. Procuo demonstrar como a representação atual da SPD a respeito de sua história mobilizou a memória reconstruída de sua relação com a irmandade, impulsionando um bem-sucedido movimento de preservação documental através do qual a reorganização das fontes contribuiu justamente para reforçar a especificidade histórica de ambas as instituições, sua origem e seus perfis associativos.

Nesse sentido, quero esclarecer como a restauração e a publicação da “Relíquia” permitiram transitar com mais segurança entre pistas ambíguas que a primeira historiografia sobre os Desvalidos construíra até aqui. Isso porque, ao garantir a plena consciência de seus limites cronológicos, a publicação da “Relíquia” apartou os documentos produzidos em cada instituição (irmandade e associação). O Livro de Termos, por seu turno, igualmente restaurado, marcou o processo por meio do qual a separação institucional levou à apropriação, pelos “irmãos desligados”, do material que até então redigiam junto aos “irmãos contrários”, um evento de grandes consequências para o conhecimento – e para a escrita – dessa história, como veremos em seguida.

50 Ainda segundo Lima: “aí estão no nosso arquivo, meus irmãos, os documentos que provam, à luz da evidência, e escritos com clareza, o que acima vos digo.” BPEB, Relatório, 1909, op. cit., p. 3-4 (grifos meus). CARMO, op. cit., p. 36.

III. O jogo dos livros: memória e história dos Desvalidos⁵¹

EM FINS DO ANO DE 2018, a imprensa local e também a de alcance nacional divulgava a boa notícia de que “manuscrito de grupo centenário da Bahia e de amparo aos negros será incluído no registro nacional de programa da Unesco”. Segundo a matéria, o comitê do Programa Memória do Mundo, voltado à preservação e à divulgação de documentos de interesse da humanidade, selecionara “um livro de atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD)”, intitulado “Relíquia da Irmandade da Devoção de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos”, contendo documentos escritos entre os anos de 1832 e 1847.⁵² A certificação da “Relíquia” se seguia a outra importante conquista: a restauração não só do primeiro livro da irmandade, mas também do seu Livro de Termos, iniciado em 1837 e igualmente mantido pela Associação Protetora dos Desvalidos (SPD).

É importante notar que, até então, para um grupo de recentes pesquisadores da história dos Desvalidos, a “Relíquia” não estava disponível dentre os livros que a SPD mantinha em seus arquivos à disposição dos interessados. Apesar disso, sua existência e sua relevância eram garantidas pela menção que lhe faziam estudiosos mais antigos do tema. Seu desaparecimento obrigou à reconstrução da história da Devoção por meio de outras fontes, indiretas, que permitiram colocar em questão especialmente duas das principais premissas aceitas pela historiografia até ali: a origem africana dos irmãos e a “fusão” entre irmandade e associação na história dos Desvalidos.⁵³

O curso da pesquisa então desenvolvida acabaria demonstrando que ambas as premissas foram trabalhadas de forma articulada e cumulativa nas quatro principais obras dedicadas mais ou menos diretamente ao tema, todas elas implicadas com o teor da “Relíquia”. É assim que nos é apresentada por Pierre Verger, em seu clássico *Fluxo e refluxo* (editado pela primeira vez em 1968), a informação de que a Sociedade Protetora dos Desvalidos, sociedade de ajuda mútua, fora “fundada por iniciativa de Manoel Victor Serra, africano, ‘ganhador’ no ‘canto’ chamado Preguiça” em 1832. Junto a ele estariam outros 18 africanos alforriados, que deram à “junta” o nome de Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos.⁵⁴

Verger, primeiro a abordar o tema, em só uma assentada já combinava os dois problemas: tratava como africanos os Desvalidos fundadores e tomava a SPD pela

51 Embora explore a categoria “memória” no texto, não discuto seu uso teoricamente, o que entendo que transcenderia o escopo do trabalho. Naturalmente, admitindo que todo uso supõe uma lógica conceitual, limito-me aqui a indicar algumas das referências consideradas para pensar criticamente o problema. São elas: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Huya, 2016.

52 Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/10/23/manuscrito-de-grupo-centenario-da-bahia-e-de-amparo-aos-negros-sera-incluido-no-registro-nacional-de-programa-da-unesco.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

53 Para uma discussão da origem nacional dos fundadores dos Desvalidos, cf. LEITE op. cit., cap. 3.

54 VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos-os-Santos, dos séculos XVII a XIX**. 3ª ed. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 517.

irmandade. Suas fontes, apesar de não apresentadas, podem ser em parte rastreadas, pois os argumentos utilizados para firmar sua posição remetem, um, aos termos da “Relíquia”, e outro, ao texto da edição do *Diário Oficial*, de 1923. De fato, a cena das providências com o cofre, suas três chaves e a figura do pároco depositário aparece tal qual a registra o primeiro termo do livro da confraria. Já a fusão irmandade/SPD é a versão sintética do enredo descrito no documento que apresenta a associação na edição especial do centenário, acima citada: a transferência da irmandade para o Rosário das Portas do Carmo em 1848; a “transformação” do seu nome, três anos depois, em Sociedade Protetora dos Desvalidos; e, em 1868, a saída da SPD das acomodações no Pelourinho.⁵⁵

O segundo pesquisador a estudar os Desvalidos, Julio Santana Braga, trairia diretamente a influência de Pierre Verger desde o título de seu trabalho: *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor* (1987). Nesse sentido, também na forma como apresenta e descreve a origem dos Desvalidos, ele toma como suas as fontes adotadas pelo etnólogo francês. Diferentemente desse último, porém, Braga acusa nas notas de seu texto o acesso aos documentos de fundação da irmandade – embora fale em “Livro de Termos e acórdãos da SPD” – mas não problematiza as premissas legadas por seu antecessor.⁵⁶

É Mieko Nishida, terceira a enfrentar o tema dos Desvalidos, que em seu *Slavery & Identity* questiona a primeira (e só ela) das atribuições feitas por Verger. Com a convicção de quem se vale da documentação devocional (“ASPD, Livro de termos do ano de 1832”), ela afirma que ambos erraram ao identificarem Manoel Victor Serra e seus companheiros como africanos libertos, uma vez que “todos eram crioulos livres”.⁵⁷ Da forma como Nishida encaminha o problema, uma dúvida assoma: se não das atas de fundação, de onde teriam saído os africanos batizados por Verger?

O posterior confronto da documentação apontaria que, embora a respeito de alguns aspectos da formação da irmandade Verger seja confirmado pelas fontes, há um problema “original” no seu argumento. Ele reside no fato de que sua formulação sobre a origem dos irmãos tem apoio nos relatos de contemporâneos (contemporâneos de Pierre Verger), discípulos longínquos de Manoel Serra que, ouvidos mais de um século depois da fundação da irmandade, e traduzidos pelos intrincados meandros da memória, podem ter recriado uma África fora do lugar.⁵⁸ Por outro lado, embora abone sua contestação a Verger com a menção explícita da “Relíquia”, Nishida não explora ou sequer informa o seu conteúdo. Sua citação do livro da irmandade não vai além de uma genérica referência, em nota, ao

55 Ibidem, p. 517-518.

56 BRAGA, op. cit., p. 23-27.

57 NISHIDA, Mieko. **Slavery & Identity**: ethnicity, gender and race in Salvador, Brazil, 1808-1888. Bloomington: Indiana University Press, 2003. p. 138.

58 “Conheci pessoalmente dois deles [‘membros daquela confraria’] que estavam nesse caso: Manoel Nascimento de Santo Silva, chamado Gibirilu (Gabriel) do lado muçulmano, filho de José Maria do Santo Silva, nascido em Ifé, na Nigéria, [...] e Tibúrcio, igualmente muçulmano, filho de um africano vindo da Região Tapá”, diz VERGER, op. cit., p. 518.

“Livro de Termos de 1832”.⁵⁹ Persistia, assim, o problema do acesso, mesmo indireto, aos documentos fundacionais da irmandade.

Em 2005, porém, um trabalho na área de linguística indicava a possível resolução do problema. Seu autor, Klebson Oliveira, pesquisava o uso da língua portuguesa por indivíduos negros no Brasil do início do século XIX. Para tanto, os documentos dos Desvalidos constituíam um corpus ideal, afinal preservado, extenso e, além disso, marcado por uma variação que lhe conferia especial interesse linguístico: seus textos, pensava Oliveira, teriam como autores negros brasileiros e “africanos”, esses últimos os fundadores da “SPD”. O item em que Oliveira explica os critérios de seleção dos documentos do seu estudo é em vários sentidos esclarecedor:

Elegeram-se, num primeiro momento, *os mais antigos escritos na Sociedade, constantes em um livro em cujo rótulo se lê ‘Relíquia da Fundação da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Livro de termos do ano de 1832’ e que contém documentos escritos ao longo das décadas de 30 e 40 de oitocentos. Mas se quis um corpus que contemplasse textos escritos na SPD desde a sua fundação até a última década do século XIX, por conta disso a seleção foi para outros tempos, além das décadas referidas, mas se fez questão de que, com mais ou menos exemplares, todas fossem contempladas. Teve-se como outros critérios: que todas as décadas se representassem com textos escritos por mais de uma mão – duas, pelo menos – e a legibilidade dos documentos. Isso posto, selecionaram-se 290.*⁶⁰

Era a oportunidade de se conhecer, enfim, o teor dos documentos dos Desvalidos. Sabia-se, pela primeira vez, que a “Relíquia”, cuja inteira publicação era garantida por Oliveira no seu trabalho, era um livro composto de textos das décadas de 1830 e 1840. Mas, como atesta o trecho acima, a análise linguística promovida por ele pretendia avançar por todo o século XIX, e assim a edição semidiplomática que o autor publica como anexo à sua pesquisa é composta por documentos de anos diversos. Atento ao interesse filológico da pesquisa, seu autor os publicaria, porém, não por ordem cronológica, mas por autor do documento – em função da especificidade linguística de seus redatores –, o que significa que o material da “Relíquia”, ainda que inteiramente publicado, espalhava-se em meio aos documentos de outros livros. E embora se soubesse a que décadas os textos da “Relíquia” se referiam, a falta de informação a respeito da existência de outro livro que cobrisse o mesmo período e a ausência de atribuição de cada um dos termos e atas publicados ao conjunto (livro) a que pertenciam mantinham a sua indistinção.⁶¹

Orientando a publicação da “Relíquia” a partir desses critérios, Oliveira, ao mesmo tempo em que dava a conhecer o seu conteúdo, adicionava à pressuposta indistinção institucional (irmandade-associação) uma indistinção documental, com ela diretamente

59 NISHIDA, op. cit., nota 76, p. 217. A expressão “crioulos livres”, referida aos integrantes da irmandade, está na ata de 29 de março de 1835, constante da Relíquia, fl. 18r, que pode ter sido objeto de consulta da pesquisadora.

60 OLIVEIRA, op. cit., p. 197 (grifos meus).

61 Os quadros com os redatores, o número de documentos escritos e suas respectivas datas estão em OLIVEIRA, op. cit., p. 212, 220-24.

implicada. Essa indistinção documental se confirmava na referência de Oliveira à “Relíquia” como um documento da *Fundação da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Esse “lapso” encontrou apoio material na forma como o livro da irmandade foi registrado (sua “etiqueta”) uma vez incorporado ao arquivo da SPD, o que dá força ao argumento de que sua incorporação, além de física, foi também histórica.⁶² Ilustrativa é a conclusão a que chega Oliveira:

Com a mudança de nome, não se sabe quais outras existiram no âmbito da SPD quando deixou de ser irmandade e passou a ser sociedade. Embora seja instigante, não se ocupará o trabalho dessa questão. Por enquanto, aponta-se apenas para o fato de que a documentação parece indicar que, efetivamente, nenhuma reestruturação relevante tenha existido. *Diante disso, os termos irmandade e sociedade, e por vezes associação, serão utilizados como sinônimos.*⁶³

Claro está que ele dialogava com as premissas lançadas por Verger. Foi apenas no pressuposto de que os primeiros Desvalidos eram africanos e de que irmandade e sociedade eram historicamente intercambiáveis que Oliveira deu ao seu *corpus* a estruturação efetivamente assumida. Nesse sentido, sua posição sobre a relação histórica entre ambas as instituições dos Desvalidos, embora de frágil suporte documental, figura como uma espécie de síntese de parte da história contada sobre os Desvalidos até o início deste século, que, tomando a “Relíquia” pelo seu valor de “etiqueta”, acabou por ignorar a força do conflito gerador para uma melhor inteligibilidade de seu processo histórico.

A restauração e a publicação da “Relíquia” levadas a efeito nos últimos anos, no rastro do crescente interesse pela história do associativismo negro, restituíram ao material da Devoção a sua condição de livro distinto, e, mais do que isso, de livro exclusivo da irmandade, datando-o e permitindo o estudo de sua história em seus próprios termos. A inteira publicação do livro original fornece uma visão de conjunto do material que, ao lado das evidências sobre a relação entre Irmandade e Sociedade dos Desvalidos, permite classificá-lo como o retrato institucional da confraria. Isso porque os documentos da “Relíquia” foram escritos precisamente no intervalo entre o ano de sua fundação, 1832, e o ano de 1847, que antecede aquele em que se dá o conflito que dividirá os Desvalidos.

A obra que completou essa tarefa, por assim dizer, foi a restauração e a publicação de um segundo material dos Desvalidos, seu “Livro de Termos”, datado de 1847, embora iniciado dez anos antes. É nesse livro que se encontra o relato da refrega em torno do cofre. É ele que documenta a “passagem de mãos” dos registros dos Desvalidos, uma vez feitos no interior da irmandade, mas, a partir de então, produzidos do outro lado pelos “irmãos desligados” ou “irmãos-sócios”, em seguida membros plenos da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

62 A imagem da capa do livro, capturada antes do processo de restauração, confirma o dito: <https://www.memoriaarte.com.br/codice-1?pgid=k8ot9dqr-3994ff83-bdcf-4636-baf0-0f29b4edc942>. Acesso em: 9 jan. 2023. O fato também explica a menção feita por Braga ao “Livro de Termos e Acórdãos da SPD”, logo acima referida (p. 22).

63 OLIVEIRA, op. cit., p. 139 (grifos meus).

Eis as cenas finais: o documento seguinte ao que registra a confusão na confraria, em junho de 1848, é escrito apenas três meses depois, no dia 17 de setembro, em homenagem ao aniversário da irmandade. Seu conteúdo já evidencia, plenamente, que quem falava pela Devoção, ao menos naquele livro, eram os que se encontravam “reunidos em número de *Cinquenta Sócios* na Capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros”. E que manifestavam clara intenção de ali permanecerem, lutando na Justiça por “fazer efetiva a mudança do Cofre da mesma Devoção para a mesma Capela [...] onde hoje felizmente nos achamos ligados”.⁶⁴

Tal intenção, a rigor, já se anunciava desde o termo anterior, escrito no dia da contenda por Henrique Cardozo da Costa, secretário da irmandade e um dos dissidentes. Narrando o episódio policial, Costa não escondera a satisfação com o resultado do escrutínio a propósito do destino do cofre. Disse ele: “Depois da votação conheceu-se plenamente que se deve Conduzir o referido Cofre para a mencionada Capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros [...]” A votação decisiva seria proposta à autoridade policial pelo próprio provedor da Devoção, outro ilustre dissidente, o que provavelmente explica por que o livro acompanharia o grupo em direção ao Pelourinho.⁶⁵ O termo de 17 de setembro de 1848, portanto, registrando o aniversário da irmandade ao mesmo tempo em que chancela a posse do livro, documenta também uma nova trajetória dos Desvalidos. Na briga do cofre, o livro foi o saldo em favor do grupo que formaria a SPD, o que tanto destacou a “Relíquia” como um documento particular da confraria, como definiu quem contaria sua história a partir dali.

É justo apostar que a dissidência que o Livro de Termos revela salvou a “Relíquia da Irmandade dos Desvalidos”, afinal, foi a continuidade institucional da SPD que, em algum momento, após a extinção da irmandade, garantiu as condições de sua transmissão para a sede da associação, onde muitos anos depois ela seria encontrada – misturada e catalogada como um livro da SPD – por Braga, Nishida e Oliveira que, consultando seus arquivos, iniciaram essa conversa.⁶⁶ Em outras palavras, embora seja um documento único da história da irmandade, a “Relíquia” é, sem qualquer dúvida, uma joia ancestral da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

Recebido em: 18/04/2023

Aprovado em: 19/05/2023

64 Livro de Termos, 1847, fl. 16r-16v.

65 Ibidem, fl. 14v.

66 Falando do poder da “catástrofe” na preservação das fontes históricas, BLOCH, op. cit., p. 84, diz: “Incontáveis municípios romanos se transformaram em banais cidadezinhas italianas, onde o arqueólogo descobre penosamente alguns vestígios da Antiguidade; foi só a erupção do Vesúvio que preservou Pompéia.”